



SANTOS, Sérgio Lima dos. **Processos de emergência e de definição da homofobia como um problema público no Brasil**. 2018. 246 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFS-2_90205ca6437fbb87c1b30479eac3f802. Acesso em: 13 dez. 2023.

GHON, Maria. Da. Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis- RJ. Editora Vozes Ltda, 2010. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/download/3283/2218>. Acesso em: 13 dez. 2023.

MOLINA, Luana. Pagano. Peres. A homossexualidade e a historiografia e trajetória do movimento homossexual. **Revista Antítese**, 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1933/193321417022.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2023.

Juazeirenses terão Dia do Orgulho Gay. *Jornal Diário do Nordeste*. 2011. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/juazeirenses-terao-dia-do-orgulho-gay-1.24446>. Acesso em: 13 dez. 2023.

Fórum debate qualidade de vida dos portadores de Aids. *Jornal Diário do Nordeste*. 2004. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/moradores-de-juazeiro-do-norte-aplaudem-desfile-1.84970>. Acesso em: 13 dez. 2023.

Movimento contra a discriminação. *Jornal Diário do Nordeste*. 2007. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/movimento-contr-a-discriminacao-1.294482>. Acesso em: 13 dez. 2023.

DOTES, MATRIMONIOS E SUBMISSÃO: AS MULHERES NA CAPITANIA DA PARAÍBA NO PERÍODO COLONIAL

Gabriely késia de Oliveira Loa
Universidade Federal de Campina Grande
gabriely.kesia@estudante.ufcg.edu.br



RESUMO: O presente artigo visa discutir como ocorria a questão dos matrimônios na sociedade paraibana no período colonial. Destacando as questões que estavam em torno desse processo como os dotes que consistiam em um importante mecanismo os quais possibilitavam e asseguravam a realização dos contratos que teriam como objetivo principal a consolidação dos matrimônios. Ademais, convém tratar nesta pesquisa, ainda que de maneira sucinta a condição feminina no período colonial assim como as normativas políticas, sociais e culturais as quais essas mulheres eram constantemente submetidas para conseguir o almejado matrimônio. Além do mais, a influência da igreja católica nos arranjos e nas realizações dos enlaces matrimoniais visavam não apenas a sacralização do casamento como algo divino, mas objetivavam contudo o controle da sexualidade sobretudo das mulheres uma vez que a virgindade era considerado um pré-requisito para as moças que buscavam pelos “bons partidos” e por conseguinte pelos bons casamentos na sociedade paraibana no período colonial.

Palavras-Chaves: Matrimônios; Dotes; Mulheres; Paraíba colonial.

INTRODUÇÃO

Segundo Silva, o período colonial é marcado pela chegada de muitos colonos os quais ao chegarem aqui estabeleciam vínculos locais formando assim uma aristocracia local. Dessa forma, matrimônios eram alianças políticas as quais eram inicialmente realizadas por pessoas que detinham o que autora chama de um certo poder⁵⁵. Para a realização dos casamentos as famílias atuavam como importantes agentes em busca de bons partidos para as suas moças sobretudo quando pensamos nas famílias que faziam parte da elite colonial.

Pontua-se que na ausência de pretendentes na colônia para a realização dos casamentos muitas famílias poderiam solicitar a vinda de outros pretendente vindos diretamente de Portugal. O dote consistia num importante mecanismo para a que o compromisso de fato pudesse ser firmado e assim o casamento realizado. Nessa perspectiva, faz mister destacar que na grande maioria dos casos o pagamento do dote era feito pelo pai da noiva. Entretanto, caso a mesma fosse órfã esse processo era realizado pelo parente mais próximo de preferência do sexo masculino. Portanto, possuir um bom dote era a garantia de um bom casamento sobretudo na sociedade colonial. Ademais, vale ressaltar que, o dote é uma prática antiga herdada de países como Portugal e Inglaterra o qual perdurou até o século XIX (NAZZARI, 2001).

⁵⁵ Silva, Luísa Stella de Oliveira Coutinho. "Evidências do cotidiano das mulheres na Paraíba colonial (1585-1630)." *Portuguese Studies Review*, vol. 22, no. 2, July 2014, pp.2



Partindo dessa premissa, convém apontar que o casamento no período colonial iam muito além da união de duas pessoas as quais tinham o objetivo de procriar e reproduzir herdeiros. Isso porque, neste contexto o casamento se encaixa como uma instituição social que envolvia toda uma teia familiar. Pois, ao casar individuo poderia sofrer alterações no status social sobretudo quando se pensa nas mulheres.

As mulheres estavam submetidas as normativas impostas pela sociedade e sobretudo pela igreja católica. Normativas essas que idealizavam um modelo de mulher, mãe, esposa e dona de casa. Sabe que no período colonial a medicina avançou, e diante de tais avanços se intensificaram também olhar médico para o corpo feminino visto que era necessário assegurar o bem-estar da mulher para que ela pudesse gerar herdeiros saudáveis logo após o casamento.

Dessa forma, para a realização deste ensaio analisares a priori a questão dos dotes e em seguida abordamos a questão dos matrimônios finalizando com um tópico que tem o objetivo de destacar olhar médico acerca do corpo feminino na capitania da Paraíba. Convém destacar que, no decorrer da História as mulheres foram por muitas vezes silenciadas e quando falamos na História da colonização trazendo para um recorte local como é o caso da Capitania da Paraíba essa realidade se torna cada vez mais evidente.

Logo, sabemos que no decorrer da história as mulheres foram as vozes silenciadas e ficavam a margem dos processos históricos sobretudo quando falamos do período colonial e pouco encontramos na historiografia tradicional a contribuição dessas mulheres no decorrer de tais processos. Destarte, ao analisar os dotes, os matrimônios e conseqüentemente os papeis nos quais as mulheres do período colonial deveriam cumprir podemos analisar ainda que em linhas gerais como essa sociedade lidava com tais questões.

Por isso, a elaboração de ensaios e artigos que discutam a participação feminina no processo de colonização sobretudo a nível local como mencionado anteriormente pode contribuir para a construção do conhecimento e como também contribuiu com a comunidade acadêmica ao discutir essas questões de gênero em um período da História marcado pela presença masculina

1.1 QUANTO CUSTA UM MATRIMÔNIO? O DOTE



Levando em consideração o sentido etnológico da palavra o dote diz respeito aos bens levados pelas noivas ou noivos para o casamento. Diante disso, se estabelecia uma espécie de contratos também chamados de “escrituras de dotes e arras” os quais apontavam que durante a separação do casal é necessário manter o que foi o que oferecido no decorrer do casamento.

Mas, esse tipo de contrato não era muito comum nem em Portugal nem no Brasil. Todavia, os contratos estabelecidos com maior frequência tanto no Brasil como em Portugal eram os contratos denominados “Carta ametade” objetivo dessa carta era estabelecer a divisão dos bens. Mas, isso não significa dizer que, essa divisão acontecia de maneira igualitária.

A prática de dotar as filhas em vias de contrair matrimônio foi habitual tanto nas regiões brasileiras quanto portuguesas. O dote de acordo com o dicionarista Moraes e Silva equivaliam aos “bens, que se dão à pessoa, que se casa, para sustentar os encargos do estado” (Brugger 2007, p.170).

O dote possuía uma característica simbólica uma vez que se encaixava nos requisitos da sociedade colonial para que um matrimônio fosse realizado e conseqüentemente bem sucedido. Isso porque, o casamento não consistia em escolha individual dos conjugues envolvidos no processo, mas, no decorrer desse processo se envolvia toda uma coletividade, uma família que realizava os primeiros contatos e posteriormente firmava-se os contratos matrimoniais.

Em linhas gerais, as famílias nutriam uma preocupação quanto a questão dos dotes para as mulheres visto que o dote era a garantia de um bom casamento. Conquanto, as mulheres que pertenciam a elite colonial não nutriam essa preocupação pois sabiam que no que diz respeito ao dote estavam garantidas.

O dote, portanto, se tornava um fator decisivo para a realização de muitos matrimônios sobretudo quando pensamos nas famílias que pertenciam a elite colonial.

Partindo dessa premissa, Baísa Faustino Soares na dissertação de mestrado intitulada *Dotadas de Bens: Os Enlaces Matrimoniais no Sertão de Piranhas e Piancó (Capitania da Paraíba do Norte Século XVIII)* analisa o costume do dote em uma sociedade que segundo a autora era considerada marginal ao império lusitano e a qual se encontrava em formação localizada no povoado de Nossa senhora do Bom Sucesso em Piancó. A qual posteriormente, veio a ser a Vila de Pombal por volta de 1772 (SOARES, 2017).



Neste contexto, analisaremos com base na pesquisa de Baísa Faustina Soares como era praticado o costume do dote nos arranjos matrimoniais de uma importante família da capitania da Paraíba do Norte. A família Oliveira Ledo esteve presente durante o processo de conquista da Paraíba e receberam extensas áreas de terras onde criaram gados, se dedicaram a atividade comercial tendo seus domínios latifundiários expandidos por todo o sertão.

Manuel da Cruz Oliveira era um capitão casado com Dona Maria Manoella Correa da Silva por volta do ano de 1748 o casal morava no sítio na Ribeira das Piranhas com a filha chamada Brazida da Silva a qual estava noiva com o primo também capitão de nome Francisco da Rocha de Oliveira, o mesmo era sobrinho do pai da noiva e exercia um importante cargo na administração dos bens dessa família. O dote oferecido pelo noivo consistia em sítio que estava localizada nas Ribeiras de Patu.

O local era distante de onde residia os pais da noiva, mas, a presença do casal naquelas terras garantiria a preservação do patrimônio familiar. Isso porque, como mencionado anteriormente o capitão Francisco da Rocha de Oliveira (o noivo) era considerado um braço direito do tio e então sogro ao exercer as funções de administradores dos bens e de procurador. O que reforça o fato de os matrimônios visarem sobretudo a ampliação e a preservação dos bens familiares.

Diante disso, o dote nas famílias da elite colonial era utilizado como importante mecanismo que permitia a realização de alianças matrimoniais. As doações de terras como dotes garantiam a família o direito à propriedade uma vez que cabia ao marido cuidar do dote oferecido pela esposa. Todavia, no que diz respeito as mulheres que não possuíam condições financeiras abastadas os dotes prevalecia a união consensual (SOARES, 2016).

O dote está diretamente relacionado a posses, já que para doar implicava que família possui bens materiais. Na sociedade que se formou nos sertões da Capitania da Parahyba, a tradição local foi caracterizada por deixar o dote por meio de escrituras de dotes lavradas nos Livros de Notas pelo tabelião vigente no Cartório do Piancó. É bastante considerável a quantidade de doações dotais por meio de escrituras de dote e doações na Povoação do Piancó, fato este que demonstra uma preocupação familiar com o futuro da filha, sobrinha, afilhada, e ainda revela uma sociedade tentando regular a relação matrimonial conforme as práticas de Antigo Regime (SOARES, 2016, p. 502)



Portanto, o dote estava interligado com as posses que tais famílias possuíam. O que convém dizer que, quanto maior fosse o poder de influência e os bens que essa família possuísse maior seria o dote o oferecido. Além era por meio desse mecanismo que alianças matrimoniais eram seladas as quais asseguravam a influência e preservação do patrimônio familiar.

1.2 “VOS DECLARO MARÍDO E MULHER”: AS RELAÇÕES DE GÊNERO E AS UNIÕES MATRIMONIAIS

O casamento foi institucionalizado pela igreja católica como um importante sacramento por volta do século XII. A figura do padre também se destacava nesse processo isso porque em alguns casos as moças eram entregues aos sacerdotes que se encarregavam de encontrar bons maridos (SOARES, 2017). O contexto em que ocorreu o processo de colonização propiciou o estabelecimento do modelo patriarcal de família onde a figura do homem está no centro das relações.

De acordo com a historiográfico clássica, no Brasil, desde o início do seu processo de colonização, as condições locais propiciaram o desenvolvimento de uma estrutura econômica de base agrária, latifundiária e escravocrata. Essa situação, aliada a diversos fatores, tais como a descentralização administrativa local, a extensa concentração fundiária e a proeminente dispersão populacional, ocasionando a instalação de uma sociedade do tipo paternalista, na qual as relações de caráter pessoal ganharam maior destaque. (Soares, 2017, P.85).

De acordo com a igreja católica o casamento significava a “união de ânimos” como coloca SOARES. Isso porque, ao se unirem em matrimônio o casal deveria possuir virtudes que seriam de suma importância para que o casamento fosse bem sucedido e agradável aos olhos de Deus. Virtudes essas que tornava o casamento um sacramento da Igreja Católica o qual o casal selava diante de Deus e da igreja uma aliança de corpo e alma. Entre esses méritos convém citar: a fortaleza, a justiça e a temperança, castidade, mansidão, modéstia e a generosidade um para com o outro.

No período colonial as relações afetivas só eram desenvolvidas depois de algum tempo que o casamento havia sido realizado. De acordo com as normativas da Igreja Católica o



casamento era encarado como um dever que o casal teria que cumprir visando realizar a procriação e fugir do adultério (SOARES, 2017).

O casamento era o grande regulador da vida feminina – a vida jurídica das mulheres dos séculos XVI, XVII e XVIII norteava-se pelo seu estabelecimento, para não citar outros séculos por enquanto. A Igreja havia tomado para si, em geral, muito da legislação e jurisdição em matéria de casamento (CAETANO, 2000), principalmente sua celebração e punições, afastando o Estado de tais disposições, com remissões subsidiárias ao direito romano. (SILVA, p, 157).

Após a realização do matrimônio a mulher tornava propriedade do marido e o divórcio de acordo com os dogmas da igreja era uma desonra sobretudo para a mulher. Uma vez que durante a cerimonia ambos haviam jurado perante Deus e os homens “até que a morte nos separe”. Para a igreja uma segunda união não era e não é permitido aos casais que tenha realizado o casamento dentro das normativas da igreja (a não ser que um dos indivíduos venha a falecer) ao contrário esta possibilidade torna-se inviável, pois a Igreja Católica considera o casamento um sacramento de duração eterna.

1.3 O PAPEL DA MULHER E A SUBMISSÃO DO CORPO FEMININO

No decorrer do século XVI e XVIII circulava pela Europa os Manuais de casamentos portugueses que instruíam sobretudo as mulheres para exercerem tais funções. Os manuais foram analisados pela historiadora Mary Del Priore pioneira nos estudos acerca da História da mulher. Em geral, esses manuais idealizavam um modelo perfeito no qual a mulher deveria seguir na vida conjugal.

Os manuais se encontravam tanto a serviço da igreja como também do próprio Estado (SOARES, 2017). Essas concepções sobre a condição feminina foram em geral, as que vigoraram na Europa moderna, disseminando-se no Brasil com a colonização, consolidando-se com a sociedade patriarcal assentada na autoridade da figura masculina. (Soares, p.91,2017)

Outrossim, para que o homem pudesse ser considerado “bem casado” e para que o casamento fosse bem sucedido como almejava cabia escolher bem a mulher com a qual iria se unir em matrimônio. O modelo que ditava as características da mulher ideal afirmava esta deveria possuir um favor religioso para praticar os atos de devoções como ir as missas,



confissões entre outros. O modelo ideal de mulher para um casamento bem sucedido deveria ser dócil e obediente aquele que seria a figura central do núcleo familiar, a figura do marido.

As mulheres eram peças fundamentais no cenário colonial brasileiro, pois desempenhavam determinadas funções sociais e viviam sob rígidas regras que lhes eram impostas. Essas determinações tinham a intenção de controlar os males que as mulheres disseminariam por todas as partes, caso providências não fossem tomadas para impedir essa catástrofe. O controle social feminino dava-se de duas formas, o discurso ideológico da Igreja Católica e o atestado da medicina. (Silva, Leticia Ferreira da; Castilho, Maria Augusta, p.258)

Na colônia a maternidade era um papel “inerente” a condição feminina as mulheres casavam em sua maioria ainda muito jovens, portanto, se encontravam na idade fértil e passavam por muitas gestações no decorrer da vida. Em virtude dos intervalos pequenos entre uma gestação e outra bem como da necessidade de ficar em casa a vida das mulheres era um tanto sedentária o que facilitava a entrada dessas mulheres nos quadros de obesidade.

Nos tempos da colonização, o médico era um criador de conceitos, e cada conceito elaborado tinha uma função no interior de um sistema que ultrapassava o domínio da medicina propriamente dito. Ao estatuto biológico da mulher, estava sempre associado outro, moral e metafísico. Como explicava o médico mineiro Francisco de Melo Franco em 1794, se as mulheres tinham ossos “mais pequenos e mais redondos”, era porque a mulher era “mais fraca do que o homem”. Suas carnes, “mais moles [...] contendo mais líquidos, seu tecido celular mais esponjoso e cheio de gordura”, em contraste com o aspecto musculoso que se exigia do corpo masculino, expressava igualmente a sua natureza amolengada e frágil, os seus sentimentos “mais suaves e ternos”. 1 Para a maior parte dos médicos, a mulher não se diferenciava do homem apenas por um conjunto de órgãos específicos, mas também por sua natureza e por suas características morais. (Del Priore, Mary, 2004, p.66)

O saber-poder médico construído na Europa e disseminado na colônia por meio do discurso atribuía funções aos órgãos femininos sobretudo nas questões que envolviam o parto e pós-parto. Portanto, percebe-se que desde cedo as mulheres eram moldadas para se tornar o modelo ideal de esposa e mãe proposto pela sociedade colonial. Muitas mulheres passaram a ser perseguidas pelos médicos como aponta Mary Del Priore acusadas de praticar magia (curandeiras) que visavam a cura de certos males do corpo feminino. Tal prática de acordo com



esses profissionais oriundos de uma formação deficiente poderia acarretar prejuízos a saúde da mulher.

A medicina traduzia então as suas poucas descobertas sobre a natureza feminina em juízos fortemente misóginos e desconfiados em relação às funções do corpo da mulher. Na tentativa de isolar os fins aos quais a natureza feminina deveria obedecer, os médicos reforçavam tão-somente a ideia de que o estatuto biológico da mulher (parir e procriar) estaria ligado a um outro, moral e metafísico: ser mãe, frágil e submissa, ter bons sentimentos etc. Convém notar que a valorização da mãe como órgão reprodutor levava a uma valorização da sexualidade feminina, mas não no sentido da sua realização e sim no de sua disciplina. Pensava-se que, ao contrariar sua função reprodutiva, a mãe lançava a mulher numa cadeia de enfermidades, que iam da melancolia e da loucura até a ninfomania. (Del Priore, Mary 2004, p.270)

A mulher era colocada como objeto sexual e propriedade do marido a mesma deveria manter contida até mesmo durante o ato sexual pois sua função não era encontrar algum tipo de deleite durante o casamento este papel era do homem. Portanto, ao casar a mulher deveria se colocar na posição de submissa quanto as vontades do seu marido.

Além do mais, difundia-se a crença de que as enfermidades supracitadas possuíam uma forte ligação com o mundo espiritual podendo representar de acordo com a medicina a presença de demônios os quais influenciavam os comportamentos das mulheres. Dessa forma, para ser considerada uma mulher bem-sucedida aos olhos da medicina, da igreja bem como da sociedade esta mulher deveria dedicar-se a “perpetuar a espécie” ou seja reproduzir, ter filhos e exercer a maternidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A priori, para a realização desse ensaio a busca de fontes que pudesse satisfazer os objetivos enquanto pesquisadora foram um impasse a ser superado. Poucos documentos e estudos dedicados a História das mulheres na Capitania da Paraíba do Norte. Diante disso, convém pensar acerca da importância de se construir estudos e pesquisas que tenham o objetivo de dar voz as mulheres que durante muito foram e são silenciadas pela História.

No período colonial marcado por uma sociedade que estruturou a partir da perspectiva do patriarcado sistema o qual os homens estavam no centro das relações sociais, políticas e



econômicas, e as mulheres por vez encontravam a mercê das vontades destes homens, sejam eles os seus pais, maridos ou até mesmo o sacerdote que exercia influência sobre a mesma.

Nessa perspectiva, foram destinados as mulheres funções e lugares específicos nessa sociedade. A medicina e a igreja caminhavam juntas quando o assunto era a domesticação do corpo feminino. No período colonial grande parte das doenças eram vistas e compreendidas como um castigo divino fato que não foi diferente quando se reflete acerca das enfermidades que afligiam as mulheres nesse período.

O conhecimento médico pautado nos ideais de cientificidade (apesar de defasados) buscavam justificar os papéis atribuídos a mulher pela sociedade patriarcal e moralista através do dito “conhecimento médico” do corpo feminino. O qual apontou inúmeras vezes que o corpo das mulheres apresentava uma maior fragilidade em relação ao dos homens bem como valorizavam e demonizavam às funções e órgãos sexuais femininos.

Percebe-se que elas possuíam um papel crucial marcado pela imposição de normatizações que visam controlar suas vontades, seus desejos e sobretudo os seus corpos. Ademais, os contratos que asseguravam a realização dos matrimônios demonstram a preocupação das famílias sobretudo as famílias que pertenciam a elite em preservar os seus patrimônios e como as mulheres eram utilizadas como agentes chaves para assegurar esse processo.

Dessa forma, convém ressaltar a importância de realizar estudos acerca das questões de gênero em todos os períodos históricos. Uma vez que por meio de tais discussão podemos conhecer de forma mais profunda e sensível a dinâmica social, econômica e política às quais permeiam determinada sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DEL PRIORE, Mary. Magia e medicina na colônia: o corpo feminino. In: _____. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo, Contexto, 2004.

NAZZARI, Muriel. **O desaparecimento do dote**: Mulheres, famílias e mudanças social em São Paulo, Brasil, 1600-1900. Companhia de Letras: São Paulo, p. 246-247, 2001.



SOARES, Baíza Faustino. **Dotadas de Bens: Os Enlaces Matrimoniais no Sertão de Piranhas e Piancó (Capitania da Paraíba do Norte, Século XVIII)**. Dissertação- (Mestrado em História) - Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, p.54-73, 2017.

SOARES, Baíza Faustino. Vestígios de dotes: As alianças Matrimoniais no Sertão de Piranhas e Piancó (Capitania da Parahyba do Norte, 1740-1790). **XVII, Encontro Estadual de História, ANPUH-PB**. V.17, n.1, 2016.

SILVA, Leticia Ferreira da; CASTILHO, Maria Augusta de. Brasil Colonial: As mulheres e o imaginário social

SILVA, Luísa Stella de Oliveira Coutinho. O Saber Médico e o Corpo das Mulheres no Brasil Colonial: A Tradição Médica Na Metrópole da Capitania da Paraíba. **Iberamericana**, v.19, p. 145-172, 2019.

SILVA, Luísa Stella de Oliveira Coutinho. “Evidencias do Cotidiano das Mulheres na Paraíba Colonial (1585-1630)”. **Portuguese Studies Reivew**, v. 22 no 2, julho 2014 pp.2

ENTRE O QUEER E O DECOLONIAL: A ESCOLA COMO UM ESPAÇO DE DEBATE DAS QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE

Joelma Gomes Dantas
Universidade Federal de Campina Grande
joelma.gomes@estudante.ufcg.edu.br

Ysla Maria Farias
Universidade Federal de Campina Grande
ysla.maria@estudante.ufcg.edu.br

Janylle Lima de Sousa Alves
Universidade Federal de Campina Grande
janylle.lima@estudante.ufcg.edu.br

RESUMO: Esse artigo tem como objetivo central refletir sobre a abordagem do espaço escolar a partir das perspectivas decoloniais e da teoria queer, no âmbito das discussões de gênero e sexualidade. A proposta é envolver o espaço escolar em debates sensíveis que vão ao encontro das questões identitárias de gênero, sexualidade e questões emergentes direcionadas ao público jovem no ensino médio. As experiências abordadas serão as vivenciadas no projeto de extensão Gênero, Sexualidade e Educação, vinculado à PROBEX/UFCEG no Centro de Formação de Professores no campus de Cajazeiras-PB. O projeto atua em uma escola estadual da Cidade de Cajazeiras, a partir de encontros quinzenais no formato de oficinas. Sendo assim, a pesquisa